



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP, realizada na cidade de Campos de Jordão, em 23 de novembro de 2010.

Realizou-se, no dia 23 de novembro de 2010, às 17 horas, na Câmara Municipal de Campos de Jordão, na Rua Inácio Caetano, nº 490, Vila Abernêssia, Campos de Jordão/SP, a audiência pública sobre as “Obras de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Processo SMA nº 130/2010). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Doutor Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa da Excelentíssima Senhora Ana Cristina Machado Cesar, Prefeita do Município de Campos do Jordão, e dos Excelentíssimos Senhores Luiz Augusto César Caldeira, Secretário de Planejamento do Município de Campos do Jordão; Cláudio Luciano Sirin, Secretário de Meio Ambiente do Município de Campos do Jordão; Lourenço José da Silva, Secretário de Serviços Públicos do Município de Campos do Jordão; Fausi Azem Rachi, Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Município de Campos do Jordão; Adoniro Farias Sales, Secretário de Obras do Município de Campos do Jordão –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Paulo da Sobriedade, Maria Joaquina dos Santos, Sebastião Antonio Bonifácio, Ivo Strass, José Matos da Costa, Vereadores do Município, Vereadores do Município de Campos do Jordão, e Carlos Roberto de Siqueira e Silva, Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Campos do Jordão –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Cabo Eder, representante da Polícia Militar Ambiental – Campos do Jordão; Jamil Luís Simon, Promotor de Justiça – Campos do Jordão; Mateus Cembranelli e Carlos Alberto Saito, vinculados à CETESB –, das organizações da sociedade civil – Senhor Elias Nejar Badu Mahfud, Presidente da OAB – 84ª Sub-Seção de Campos do Jordão –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a “Obras de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que manifestem suas opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos dos cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA que se inscreverem para fazer uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um, representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um com direito igualmente a cinco minutos. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois poderes poderão opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. A Secretária-Executiva esclareceu que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ele e é também integrada por um representante do CONSEMA eleito entre os conselheiros presentes. Depois de constatar que nenhum conselheiro estava presente, convidou a Senhora Fernanda Amaral Dantas Sobral, do Setor de Avaliação de Obras Hidráulicas da CETESB, para compor a Mesa. Dadas estas explicações, declarou que se passaria para a primeira etapa da audiência pública, quando se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração do EIA/RIMA Benedito Felipe Oliveira Costa, Superintendente da Gestão de Empreendimentos da SABESP, ofereceu um breve histórico do empreendimento, destacando os benefícios para o meio ambiente, como o tratamento dos esgotos e a despoluição dos Rios Capivari, Sapucaí-Guaçu e Perdizes, que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população fixa e flutuante. Informou que o valor do empreendimento é da ordem de 106 milhões de reais e assegurou que, quando a estação de tratamento for concluída, ocorrerá a eliminação imediata do lançamento de cerca de 6,5 milhões de resíduos de esgoto por dia e destacou que o horizonte do empreendimento é por volta de vinte e cinco anos, ou seja, sua vida útil se prolongará até 2035 e acompanhará o crescimento populacional do município. Ressaltou, também, a importância do turismo para o desenvolvimento da cidade. Em seguida, foi apresentado um vídeo com o seguinte teor: “A SABESP construirá a mais moderna estação de tratamento de esgotos do Brasil em Campos do Jordão, e isso só vai trazer coisas boas. Com instalações modernas, ela tratará de todo o esgoto coletado trazendo benefícios aos turistas e aos moradores da cidade. A estação será totalmente confinada e protegida, evitando mau cheiro e ruídos. Ela trará desenvolvimento e geração de empregos. A SABESP desenvolve um projeto de paisagismo para o local e a cidade se tornará referência em inovação com a água e com o meio ambiente”. Benedito Rodrigues e Marcelo Montañó, representantes do Consórcio EEM, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentaram com detalhes os impactos ambientais mais significativos a serem provocados pelo empreendimento, cuja concepção levou em consideração critérios geológicos, geográficos, climáticos, econômicos e sociais, e apresentaram também a metodologia empregada para consecução dos dados e subsídios que consubstanciaram os estudos ambientais. Declararam também que estão trabalhando com a possibilidade de se averbar extensa área na própria gleba como medida de compensação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Antonio Júlio N. Lemos, representante da SAB-Sociedade Amigos do Bairro do Alto do Capivari, comentou que há muitos anos aguarda-se a instalação da estação de tratamento de esgoto e está muito satisfeito por ter finalmente a SABESP regulamentado a estação. Cellem Mohallem, presidente do Comitê da Bacia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Hidrográfica do rio Sapucaí, reconheceu a necessidade de se construir a estação de tratamento e comentou que quarenta e oito municípios fazem parte da bacia hidrográfica do rio Sapucaí. Caio Barros, representante da VIPA-Vida e Preservação Ambiental – OSCIP-Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, fez críticas aos estudos ambientais, que, a seu ver, não levaram em consideração os custos operacionais dos caminhões, a manutenção das ruas, a descarga dos excedentes e a localização do empreendimento. Sugeriu que a estação de tratamento deve localizar-se em um terreno o mais afastado possível, preferencialmente antes do portal da cidade, e que poderia ser usada a estrada de ferro para o transporte da lama. Ricardo Moura da Silva Gonçalves, representante da AME Campos – Associação dos Amigos de Campos do Jordão, reafirmou que sua associação é favorável à implantação da estação de tratamento de esgotos na cidade, que tem o turismo como alvo principal. Walter Vasconcelos, representante do Instituto Pinho Bravo, disse que está nessa briga há vinte anos, quando era Secretário do Meio Ambiente, e destacou a responsabilidade de cada um com a poluição. Afirmou também que o instituto foi processado e multado pela CETESB por tentar despoluir o rio. Acrescentou que, atualmente, essa multa hoje está por volta de 130 mil reais. Comentou já ter brigado muito com a SABESP, mas reconhecia que a proposta que apresentada é melhor do que todas que já foram apresentadas anteriormente. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Luiz Augusto Cesar Caldeira afirmou que, embora exercesse a função de Secretário de Planejamento de Campos do Jordão, preferia falar como cidadão porque, desse modo, poderia falar sempre. Fez críticas às situações impostas pelo Poder Público, como a declaração da Área de Proteção Ambiental – APA, e aprovação de leis ambientais sem nenhuma consulta pública, e cuja observância impediu a liberação de uma área para construção de aterro sanitário. Comentou que, por esse mesmo motivo, a cidade gastava fortunas para levar seu lixo para cidades vizinhas. Também sentia vergonha de dizer que Campos do Jordão é a “Suíça brasileira”, uma vez que sequer possuía uma estação de tratamento. Assegurou que o impacto que será insignificante o impacto que a construção da estação de tratamento de esgoto provocará durante sua implantação. Adriana Prestes declarou que era totalmente favorável à implantação do empreendimento, mas que, como participante de todos os conselhos de unidades de conservação e dos comitês de bacia, não podia deixar de registrar que a cidade possuía mais de trinta áreas de ocupação irregular não atendidas pela SABESP e que era necessário buscar-se solução alternativa para essas áreas. Solicitou à Promotoria que se faça substituir o valor da multa pela obrigação, por parte da empresa, de adquirir e instalar tubulações para esgoto. Nadir Lima enfatizou que o problema principal era a escolha do lugar, e que, infelizmente, o empreendimento tinha que usar o rio. Lourenço José da Silva, Secretário de Serviços Públicos de Campos do Jordão, enalteceu a obra e discorreu sobre sua importância para o município. Declarou que prestou serviços à SABESP e estava muito orgulhoso disso. Discorreu sobre os bairros carentes da cidade e esclareceu que quase todo o orçamento da Secretaria de Serviços Públicos era usado para tirar o lixo. Antonio Emilio Farah presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos, declarou que falava como cidadão, sem representar nenhuma entidade. Informou que trabalhou vinte anos no Plano Diretor de Campos do Jordão, buscando alternativas. Argumentou que o momento não é de briga, mas de consenso. Parabenizou à SABESP por apresentar uma solução desse porte para a cidade. Ricardo C. Frank enfatizou que há vinte e cinco anos lutava pela implantação da estação de esgoto e se declarou indignado com pessoas que tentam atravancar o processo. Parabenizou à SABESP pela obra. Mariene Lopes Fernandes afirmou que não era contrária à implantação da estação de tratamento de esgoto, muito menos às pessoas que defendiam duas posições, porque os que eram contrários



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aprimoravam o projeto. Paulo de Tarso cumprimentou a SABESP e a Secretaria do Meio Ambiente pela oportunidade de discutir o projeto. Complementou que era um dos melhores que já conhecera. Alexandre Gonçalves da Silva ressaltou que o benefício dessa estação compensaria os impactos ambientais que ela produziria e parabenizou à SABESP e seus projetistas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. Jamil Luiz Simon, Promotor de Justiça da Comarca de Campos do Jordão, relatou que o Ministério Público era o autor da ação civil pública proposta em 2001, que condenou a SABESP a construir a estação de tratamento de esgoto. Ressaltou que o Ministério Público é o representante da sociedade, e não do Estado, e pediu permissão para se estender na explanação, já que não havia mais inscritos. Informou que a sentença contra a SABESP foi prolatada em 2003 e concedidos 540 dias para que fosse cessado o lançamento de esgoto *in natura* nos corpos d'água do município, sob pagamento de multa diária de 100 mil reais. Informou que a SABESP recorrera, perdeu a batalha no Tribunal de Justiça, embora este tenha reduzido a multa diária para 20 mil reais, e que, fazendo o cálculo da multa hoje, a SABESP devia 21 milhões e 900 mil reais, que, somados à correção monetária, ultrapassava o valor 100 milhões de reais. Criticou a SABESP que se comprometeu a construir um centro de convivência e outras instalações, embora o importante mesmo fosse coletar o máximo de esgoto na cidade. Sobre a averbação da reserva legal, esclareceu que não podia ser considerada compensação, porque se trata de uma obrigação legal, e que, de acordo com o contrato, a SABESP era também obrigada a tratar o esgoto. Destacou o mérito do Poder Judiciário Paulista e comentou ser difícil perder uma ação pública em Campos do Jordão, porque o Tribunal de Justiça apóia a questão ambiental. Dirigindo aos condôminos da imediação, afirmou que havia pessoas contrárias à escolha do local para implantação da estação, e que também a maioria das pessoas encontrava-se em situação irregular e estavam sendo investigadas pelo Ministério Público. Pontuou que elas discordavam porque defendiam interesses privados, e não porque estavam preocupados com a estação. Declarou também que o Ministério Público tudo faria para mostrar aos juízes locais que esses condôminos estavam errados, que a estação deveria ser implantada, e sem mais demora, não porque a SABESP estava sendo multada, mas, sim, porque a cidade precisava da estação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Paulo da Sobriedade, Vereador do Município de Campos do Jordão, assegurou que o projeto foi muito bem colocado, agradeceu à equipe da SABESP, aos vereadores que lutavam para que o rio não morresse e pediu que a estação fosse implantada o mais breve possível. Maria Joaquina dos Santos, Vereadora do Município de Campos do Jordão, parabenizou à SABESP em nome dos munícipes. Carlos Roberto de Siqueira e Silva, Vereador do Município de Campos do Jordão, informou que era Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campos do Jordão, agradeceu a presença de todos e afirmou que o projeto era maravilhoso. Ivo Strass, Vereador do Município de Campos do Jordão, parabenizou Ricardo C. Frank e o promotor pelos pontos de vista que expuseram.. Apresentou um breve histórico sobre sua chegada à cidade, observou a deterioração dos rios e disse que a SABESP fez um bom projeto para a região. Passou-se à etapa das réplicas. Benedito Felipe Oliveira Costa registrou que trabalhava na SABESP há trinta anos e que atualmente exercia a função de Superintendente de Gestão de Empreendimentos da Diretoria de Sistemas Regionais, que englobava trinta e nove municípios. Falou sobre as dificuldades da empresa com as especificidades de cada obra, e ressaltou que se estava muito próximos da universalização do atendimento ao saneamento básico. Declarou que, quando soube que a SABESP teria que fazer um estudo de impacto ambiental para a estação de tratamento até chorou, porque sua missão é atender a todos dentro do menor prazo possível, mas que refez seu ponto de vista a ponto de atualmente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

admitir que a audiência pública ofereceu importante colaboração no que concernia ao aprimoramento do projeto da empresa, pois permitiu que sociedade exigisse o emprego de tecnologias de ponta como a que será utilizada.. Agradeceu a todos os presentes e pediu auxílio ao Superintendente de Gestão Ambiental, Wanderlei Paganini, para que fosse respondido o questionamento formulado pelo Senhor Jamil Luiz Simon no que dizia respeito à transformação do lodo em fertilizante. Wanderlei Paganini afirmou que houve a preocupação, sim, de se aplicar uma tecnologia sustentável do ponto de vista ambiental, que a condição de desidratar o lodo a 255 de sódio era a pior solução possível, e que isso não sobreviverá ao longo do tempo, uma vez que a SABESP buscará novas tecnologias e novos processos e que um deles, precisamente a compostagem, poderia ser trabalhado juntamente com os órgãos da Prefeitura. Enfatizou que um dos grandes problemas do terceiro milênio será o lodo. Benedito Rodrigues ressaltou que a tecnologia de tratamento de águas residuárias estava em constante evolução. Assegurou que a compostagem deveria ser feita, uma vez que já existem tecnologias compatíveis, e que não se poderia jogar fora todo o lodo, que, por ser um adubo orgânico, tinha de voltar para a Natureza. Afirmou também que, como técnico, tinha de discutir a pior situação para verificar o pior impacto. Informou que, segundo a Organização Mundial da Saúde – a OMS, mais da metade dos leitos hospitalares eram destinados a doentes decorrentes da contaminação hídrica. Fernanda Amaral Santos Sobral acrescentou que a audiência pública era uma etapa do licenciamento ambiental na qual se aprovava a concepção do projeto e a localização dele; esclareceu que o objetivo da audiência é ouvir a população e os interessados afetados. Disse que caso aprovado o projeto, a SABESP vai passar pelas fases obtenção de licenças de instalação e operação. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e que tudo havia sido registrado e será juntado ao processo a ser encaminhado ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a Secretária-Executiva informou que, a contar da data desta audiência, os interessados têm o prazo de cinco (5) dias úteis para encaminhar à Secretaria Executiva do CONSEMA, ou pelos Correios, ou para o endereço eletrônico consema.sp@cetesb.sp.gov.br, ou protocolando no setor, contribuições ou sugestões para o aprimoramento do projeto. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.